

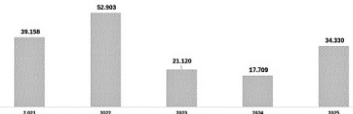


MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A

CNPJ 94.638.392/0001-62 (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

VENDAS - em toneladas



APRESENTAÇÃO

A Administração da Companhia apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76, normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais regulamentações aplicáveis.

Este relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

CONTEXTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 28 de março de 2024, perante a Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, foi ajuizada ação de "Recuperação Judicial", nos termos da Lei No 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, e do parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis ("Pedido de Recuperação Judicial").

O Pedido de Recuperação Judicial busca garantir a sustentabilidade da Medabil, permitindo à Companhia meios para sua reorganização e honrar os compromissos assumidos e continuar a fornecer serviços aos seus clientes, assim possibilitando a continuidade de suas atividades, a preservação do valor da Companhia, a manutenção dos empregos e o estímulo à atividade econômica.

O processamento da Recuperação Judicial foi deferido, encontrando-se, até 31 de dezembro de 2025, em fase de deliberação pelos credores, sem que tenha ocorrido a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ").

O processo está sendo conduzido com o auxílio e suporte de profissionais e empresas especializadas, com transparência e respeito, garantindo todos os direitos trabalhistas dos colaboradores envolvidos, com propósito de adequar os custos e as estruturas da Companhia ao atual momento econômico-financeiro e ao Pedido de Recuperação Judicial. Dentre os motivos da crise que norteia a Companhia estão principalmente: (i) inúmeros desafios que a Companhia enfrentou nos últimos anos, advindos inicialmente da crise econômica do país no período 2016/2017 e logo depois no período da pandemia (OMS – início em março de 2020; (ii) manutenção da taxa de juros em nível elevado; (iii) a corrosão do capital próprio em decorrência do acúmulo de resultados econômicos negativos e consequente aumento do endividamento e redução da capacidade de pagamento; (iv) a dificuldade de acesso a fontes de financiamentos a taxas usuais de mercado e; (v) a necessidade de adaptação do custo fixo à nova realidade mercadológica.

Historicamente, a companhia produzia acima de 60 mil toneladas por ano. A crise econômica do país e a pandemia retrairam bruscamente a demanda do mercado, afetando diretamente o desempenho da empresa, desencadeando o agravamento da situação financeira e ocasionando elevada ociosidade na estrutura fabril, culminando no período de recuperação judicial para poder readequar aos novos tempos e viabilizar sua retomada de crescimento. O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado tempestivamente, contemplando, entre outros, as seguintes medidas:

- Reestruturação do passivo financeiro;
- Alongamento de prazos de pagamento;
- Aplicação de desajustes, conforme classe de credores;
- Adequação da estrutura operacional.

Até a data-base de 31 de dezembro de 2025, o plano encontra-se pendente de aprovação em Assembleia Geral de Credores e de posterior homologação judicial. Os passivos sujeitos à Recuperação Judicial permanecem registrados conforme condições originalmente contratadas, quando aplicável às normas contábeis. Não foram reconhecidos os efeitos contábeis do referido plano até essa data.

Durante o exercício, a Companhia manteve regular cumprimento das obrigações processuais, incluindo o fornecimento de informações ao Administrador Judicial, conforme exigido pela legislação vigente.

CONTINUIDADE OPERACIONAL

Após o pedido de recuperação judicial, a Companhia iniciou um processo estruturado de readequação operacional, financeira e estratégica, com foco na preservação de suas atividades e na retomada sustentável de crescimento.

Nesse contexto, desde o pedido de recuperação judicial, vem sendo implementadas medidas voltadas à otimização de custos, reorganização de processos internos e fortalecimento da governança, o que contribuiu para o restabelecimento gradual da confiança de clientes, fornecedores e parceiros comerciais.

Como resultado dessas iniciativas, a Companhia registrou uma retomada consistente de suas operações, com destaque para o crescimento expressivo do volume de vendas em relação ao período anterior. Esse desempenho foi impulsionado tanto pela reativação de contratos relevantes quanto pela conquista de novos clientes.

Em 2025, a Companhia vendeu o equivalente a 34,3 mil toneladas de produtos acabados, representando aproximadamente R\$ 504 milhões na linha de receita bruta, o que representa cerca de 62% e 93% de incremento sobre os períodos pré (2023) e pós (2024) pedido de recuperação judicial, respectivamente, evidenciando a recuperação gradual do nível de atividade operacional, conforme se observa no quadro a seguir:

Ativo	Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	
	Nota	2025 Reapresentado Nota Nº 4
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.914
Contas a receber de clientes	6	34.856
Estoque	7	36.938
Tributos a recuperar	8	18.458
Adiantamento a fornecedores	9	14.890
Total do ativo circulante		108.056
Ativo não circulante		
Ativo realizável a longo prazo		
Despesas antecipadas		2.614
Depósitos judiciais		3.696
Outros ativos não circulantes	474	433
		6.784
Imobilizado	11	66.976
Intangível	12	5.135
		72.111
Total do ativo não circulante		78.895
Total do ativo		186.951

Em decorrência dessas vendas, a Companhia iniciou o exercício de 2026 com o backlog de 21 mil toneladas em carteira com entrega prevista para o ano de 2026. A Companhia manteve elevado nível de comprometimento com a execução e entrega de obras, priorizando o cumprimento de prazos, a qualidade dos projetos e a satisfação dos clientes. No ano de 2025, a Companhia entregou todas as obras dentro do prazo. No total, foram entregues 139 obras (19.969 toneladas).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avançou de forma consistente no reparelamento de suas obrigações, com ênfase no reparelamento de compromissos junto a fornecedores extraconcursais e na regularização de passivos tributários. As negociações realizadas permitiram o alongamento de prazos, a adequação dos fluxos de pagamento à atual capacidade de geração de caixa e a recomposição de condições comerciais estratégicas, assegurando a continuidade do fornecimento de insumos e serviços essenciais às operações. No âmbito tributário, a adesão a programas de parcelamento específicos contribuíram para a mitigação de riscos e maior previsibilidade financeira, fortalecendo a estrutura de capital de giro e sustentando o processo de recuperação da Companhia. Para o ano de 2026, a Companhia espera finalizar o parcelamento dos impostos federais que estão em fase de análise junto a Procuradoria da Fazenda.

Não obstante, a Administração reconhece que a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e a efetiva reestruturação do passivo são fatores relevantes para a continuidade da recuperação econômico-financeira da Companhia. Contudo, entende que a melhora significativa de seu desempenho operacional e financeiro tem fortalecido sua capacidade de negociação com os credores, ampliando as perspectivas de êxito na reestruturação de suas obrigações.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Em termos de obras faturadas em 2025, a Receita Bruta apresentou um incremento de 37% em relação ao mesmo período de 2024, totalizando R\$ 274 milhões (R\$ 200,3 milhões em 2024). Entre os principais motivos para esse incremento, destacamos: retomada de vendas após o pedido de recuperação judicial; novos mercados, principalmente na América Latina; retomada de clientes anteriores ao pedido de recuperação.

O CPV da Companhia em 2025 foi de R\$ 186 milhões e apresentou uma leve redução em relação ao faturamento no mesmo ano (67,8% faturamento em 2025 contra 68,5% do faturamento de 2024), mesmo sendo 35,7% maior que o verificado em 2024 (R\$ 137 milhões). A margem bruta, manteve-se em 25% sobre a receita líquida.

A Companhia implementou medidas estruturadas de redução e controle de custos, destacando-se: (i) Revisão de contratos com fornecedores estratégicos; (ii) Reestruturação de despesas administrativas e gerais; (iii) Otimização de processos operacionais e eliminação de ineficiências. A Companhia apresentou Lucro Bruto de R\$ 61,3 milhões sendo 32% maior em comparação ao mesmo período de 2024 (R\$ 46,5 milhões) correspondendo a 22,4% do faturamento em 2025 e de 23,2% em relação ao faturamento de 2024.

O EBITDA (Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras, Impostos, Depreciação e Amortização) foi positivo em R\$ 20,9 milhões em 2025.

	2025
Resultado do exercício	11.241
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(443)
Resultado financeiro	4.953
Depreciação e amortização	5.148
EBITDA	20.899

A Administração destaca que os resultados de 2025 não incorporam efeitos decorrentes de eventual reestruturação do passivo sujeita à aprovação do processo de recuperação judicial.

CONTROLES INTERNOS E GOVERNANÇA

A Administração vem reforçando seus mecanismos de controle interno e governança, com foco em:

- Acurácia e confiabilidade das informações financeiras;
- Monitoramento contínuo do fluxo de caixa;
- Conformidade com obrigações legais, regulatórias e fiscais;
- Suporte técnico e informacional ao processo de recuperação judicial.

No contexto do aprimoramento dos controles internos e da qualidade das informações contábeis, a Companhia procedeu, ao longo do exercício de 2025, à revisão de práticas contábeis adotadas em exercícios anteriores.

Como resultado desse processo, foram identificadas necessidades de ajustes relacionados a períodos anteriores, os quais foram devidamente reconhecidos em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Passivo	Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	
	Nota	2025 Reapresentado Nota Nº 4
Passivo circulante		
Fornecedores	13	17.328
Empréstimos e financiamentos	14	4.933
Debêntures	15	12.911
Salários e encargos sociais		4.262
Tributo a recolher	17	167.660
Adiantamentos de clientes	18	13.185
Outras contas a pagar		1.328
Total do passivo circulante		221.607
Passivo não circulante		
Operação financeira "Sales Leasing Back"	19	46.756
Empréstimos e financiamentos	14	198.199
Tributos a recolher	17	23.858
Credores concursais	16	554.378
Tributos diferido	10.a	5.363
Provisão para passivos cíveis, tributários e trabalhistas	20	10.406
Total do passivo não circulante		838.960
Total do passivo		1.060.567
Capital social		173.904
Ajuste de avaliação patrimonial		21.022
Prejuízos acumulados		(1.068.542)
Total do patrimônio líquido à descoberto		(873.616)
Total do passivo e do patrimônio líquido à descoberto		186.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Reserva de Capital		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	(Incentivos fiscais)			
Saldos divulgado originalmente em 1o de janeiro de 2024	173.904	1.895	26.624	(618.144)	(415.721)
Ajustes – Nota Nº 4				(195.301)	(195.301)
Saldos reapresentados em 1o de janeiro de 2024	173.904	1.895	26.624	(813.445)	(611.022)
Outros resultados abrangentes	-	-	(59)	-	30
Prejuízo no exercício	-	-	-	(262.411)	(262.411)
Ajustes – Nota Nº 4		(1.895)	(4.957)	(4.016)	(10.868)
Saldos reapresentados em 31 de dezembro 2024	173.904	-	21.608	(1.079.783)	(884.271)
Outros resultados abrangentes	-	-	(586)	-	(586)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	11.241	11.241
Saldos em 31 de dezembro de 2025	173.904	-	21.022	(1.068.542)	(873.616)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Medabil Indústria em Sistemas Construtivos S/A. – Em Recuperação Judicial ("Medabil" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Nova Bassano (RS), controlada pela Bassano Participações Ltda., que atua no desenvolvimento, fabricação e montagem de sistemas construtivos metálicos. Com mais de 59 anos de atuação, mantém posição relevante no mercado brasileiro e operações de exportação para países da América Central e do Sul.

1.1 Situação econômica e financeira da Companhia
A Companhia enfrenta dificuldades econômico-financeiras decorrentes de fatores operacionais, financeiros e de mercado acumulados ao longo dos últimos exercícios. Em razão desse cenário, os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de março de 2024, o ajuizamento do pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, o qual foi deferido em 28 de março de 2024, no processo nº 5067855-09.2024.8.21.0001, da Comarca de Porto Alegre.

Desde então, a Administração vem implementando medidas de reestruturação operacional e financeira, contemplando renegociação de obrigações, revisão de custos e despesas, otimização de processos e fortalecimento do fluxo de caixa, com o objetivo de assegurar a continuidade das operações e preservar o valor da Companhia.

A Companhia segue conduzindo o processo de recuperação judicial, aguardando a deliberação do Plano de Recuperação Judicial à Assembleia Geral de Credores convocada para 19 de junho de 2026, em primeira convocação, não foi instalada em razão da ausência do quórum mínimo legal. Dessa forma, permanece convocada a Assembleia Geral de Credores em segunda convocação para 16 de julho de 2026, ocasião em que será submetido à deliberação dos credores o Plano de Recuperação Judicial.

Paralelamente, foram implementadas medidas de redução de custos e reestruturação organizacional, com redefinição do foco das unidades industriais e fortalecimento da atuação comercial nos mercados da América Central e do Sul, ampliando a participação em projetos de infraestrutura e reduzindo a dependência do mercado doméstico.

Como reflexo dessas iniciativas, todas as obras contratadas em 2025 foram entregues dentro dos prazos acordados, reforçando a recuperação operacional da Companhia.

2. Base de Preparação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou o capital circulante líquido negativo de R\$ 113.551 (R\$160.669 em 2024), prejuízo acumulado de R\$ 1.068.542 (R\$ 1.079.783 em 2024) e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 873.616 (R\$ 884.271 em 2024).

A Administração concluiu que o pressuposto de continuidade operacional permanece apropriado, entretanto, a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial representam fatores relevantes para a continuidade da companhia, configurando incerteza relevante que pode levar a dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional.

Adicionalmente, a Administração acompanha continuamente as projeções de fluxo de caixa, capital de giro e necessidades operacionais, com o suporte de assessores financeiros e jurídicos especializados, concluindo que a Companhia possui condições de manter a continuidade de suas operações.

Dessa forma, as demonstrações financeiras não contemplam ajustes relacionados à realização dos ativos e à liquidação ou classificação dos passivos que seriam necessários caso o pressuposto de continuidade operacional não fosse considerado adequado. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de junho de 2026.

página 1 continua

Tais ajustes tiveram como objetivo: (i) refletir de forma mais adequada a posição patrimonial e financeira da Companhia; (ii) corrigir distorções decorrentes de práticas anteriormente adotadas; (iii) alinhar os registros contábeis às práticas contábeis vigentes no Brasil.

Os efeitos relevantes foram tratados de forma retrospectiva, quando aplicável, e devidamente divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis, não representando alteração nas operações correntes da Companhia, mas sim aprimoramento na qualidade da informação contábil.

A Administração reforça que tais revisões fazem parte do processo de fortalecimento da governança corporativa e transparência, especialmente no contexto da Recuperação Judicial.

COMPROMISSO COM A QUALIDADE

Apesar das dificuldades atravessadas nos últimos anos e da recuperação judicial, procuramos manter nossas medidas de equacionamento financeiro e nossas políticas de qualidade, como a Política Integrada do SIG-ME e Centro de Treinamento (CTM).

Na Política Integrada do SIG-ME a MEDABIL assume como compromisso buscar a melhoria contínua do sistema integrado de gestão com domínio tecnológico, implementada e mantida em todos os níveis da empresa, e disponibilizada ao público, clientes, fornecedores e demais partes interessadas.

Para tanto compromete-se a: (i) atender às necessidades dos clientes e demais partes interessadas; (ii) buscar a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços; (iii) prevenir permanentemente a poluição, acidentes de trabalho, e doenças ocupacionais, assegurando o atendimento dos requisitos legais e outros requisitos prescritos pela organização; (iv) desenvolver talentos humanos com gestão integrada e (v) reduzir a geração dos resíduos e a utilização de recursos naturais.

O CTM – Centro de treinamento, implementado em 2013, tem como objetivo a capacitação de nossos colaboradores e terceiros, de nível operacional e tático nas áreas de Engenharia, Orçamento, Planejamento Industrial e, principalmente, na montagem das estruturas com as melhores práticas de instalações dos produtos e serviços. O centro conta com um espaço digital para ensino a distância, onde os usuários podem acessar os manuais técnicos de montagem dos mais diversos tipos de soluções. Ao final de todos os módulos, são aplicados testes para certificar que o usuário realmente adquiriu o conhecimento necessário. Há também um simulador, instalado na unidade fabril da Medabil em Nova Bassano para testar na prática os conhecimentos adquiridos, acompanhados de técnicos referência em montagem de estruturas metálicas.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram identificados outros eventos que demandem ajustes ou divulgação adicional, nos termos do CPC 24 – Evento Subsequente, exceto as renegociações tributárias divulgadas na Nota Explicativa Nº 28.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas pela administração conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

AUDITORIA EXTERNA

Os auditores independentes da Companhia, Rokembach & Cia. Auditores Ltda. - HLB BRASIL ASSURANCE, não prestaram outros serviços que não os relacionados com auditoria externa durante o exercício de 2025.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A Administração projeta, para o exercício de 2026:

- Continuidade da recuperação operacional e comercial;
- Evolução na geração de caixa;
- Aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial;
- Reequilíbrio da estrutura de capital;
- Valorização e capacitação dos colaboradores.

Quanto as projeções, elas estão sujeitas a riscos e incertezas, especialmente quanto ao desfecho do processo de Recuperação Judicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração reafirma seu compromisso com a transparência, integridade das informações e condução responsável do processo de recuperação. Os resultados observados ao longo de 2025 indicam evolução operacional e comercial, ainda que em ambiente de restrição financeira e dependência de reestruturação do passivo. A continuidade das operações está diretamente relacionada à aprovação do Plano de Recuperação Judicial e à implementação efetiva das medidas nele previstas.

A Administração registra seu especial agradecimento e reforça nosso compromisso com os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras, sociedade e acionistas. Continuamos fiéis à nossa missão de garantir aos clientes as soluções inovadoras, buscando ser a melhor empresa de serviços e soluções construtivas na América Latina, com foco em nossos clientes, gestão de pessoas, flexibilidade para mudanças e foco em resultados para os nossos clientes, colaboradores e acionistas. Nosso especial agradecimento aos colaboradores pela dedicação e comprometimento com seu trabalho e aos nossos fornecedores e instituições financeiras pela cooperação e parceria indispensável para as atividades da Companhia no momento atual.

Porto Alegre, 30 de Junho de 2026.

Administração

MEDABIL INDÚSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A

Demonstrações dos resultados dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025 Reapresentado		2024
	Nota	Nota Nº 4	
Receita operacional líquida	22	247.266	183.649
Custo dos produtos e serviços prestados	23	(186.036)	(137.092)
Lucro bruto		61.230	46.557
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	(23.292)	(13.132)
Despesas administrativas	23	(25.444)	(38.268)
Outras receitas/despesas operacionais	24	4.143	(95.157)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes dos efeitos financeiros		16.637	(100.000)
Receitas financeiras	25	101	70
Despesas financeiras	25	(8.312)	(27.527)
Varição cambial	25	3.258	(8.503)
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		11.684	(135.960)
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.a	(980)	(980)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	537	(135.319)
Lucro/(Prejuízo) do exercício		11.241	(273.279)
Lucro/(Prejuízo) por ação – em R\$		64,64	(1.571)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025 Reapresentado		2024
	Nota	Nota Nº 4	
Lucro/(Prejuízo) do exercício		11.241	(273.279)
Outros resultados abrangentes		(586)	(59)
Total de outros resultados abrangentes		10.655	(273.338)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - método Indireto Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025 Reapresentado		2024
	Nota	Nota Nº 4	
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		11.241	(273.279)
Depreciação e amortização	11,12	5.148	4.841

continuação		 MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A		CNPJ 94.638.392/0001-62 (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)																																																																																																																																																																																																									
<p>b) Base de mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.</p> <p>c) Moeda funcional e moeda de apresentação As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio vigentes na data do balanço patrimonial, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado do exercício.</p> <p>d) Uso de estimativas e julgamentos A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas são revisadas continuamente, e seus efeitos são reconhecidos prospectivamente nos períodos em que forem revisadas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As principais áreas que envolvem julgamentos e estimativas relevantes são: • Processos legais: constituição de provisões para contingências cíveis, tributárias e trabalhistas, com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos quanto à probabilidade de perda. • Vida útil dos ativos: definição das vidas úteis econômicas utilizadas para cálculo da depreciação do ativo imobilizado. • Provisão para perdas de crédito esperadas: estimada com base na análise da recuperabilidade dos valores a receber. • Provisão para perdas com estoques: constituída quando identificadas evidências de obsolescência ou de não realização dos estoques.</p> <p>3. Políticas Contábeis Materiais a) Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário em caixa, depósitos bancários disponíveis de curto prazo, com vencimento original de até 90 dias, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Durante o exercício, as aplicações financeiras existentes foram classificadas e mensuradas de acordo com o CPC 48, conforme as características contratuais dos instrumentos e o modelo de negócios adotado pela Companhia. b) Instrumentos financeiros Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial somente quando existe direito legal de compensação e intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos financeiros da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras e outros ativos financeiros. Os principais passivos financeiros compreendem empréstimos e financiamentos, operação financeira "Sales Leasing Back", fornecedores, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. <i>c) Impairment</i> de ativos não financeiros Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e os ativos intangíveis, são avaliados sempre que existem indícios de perda por redução ao valor recuperável ou, para os ativos cuja avaliação periódica é requerida pelas normas contábeis, conforme aplicável. Quando identificado que o valor contábil excede o valor recuperável, é reconhecida perda por redução ao valor recuperável, correspondente à diferença entre o valor contábil e o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados na menor unidade geradora de caixa para a qual existam fluxos de caixa independentes. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou a recuperabilidade dos ativos da Companhia, considerando as condições operacionais e financeiras existentes, e concluiu não haver necessidade de reconhecimento adicional de perdas por redução ao valor recuperável. d) Imobilizado Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. Na adoção inicial das práticas contábeis convergentes às IFRS, a Companhia utilizou o custo atribuído (deemed cost) para determinados bens do ativo imobilizado na data de transição, tendo os respectivos efeitos sido reconhecidos no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos ativos e à sua colocação em condições de operação. A depreciação é reconhecida pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:</p> <table border="1"> <tr> <td>Edifícios</td> <td>1,53% a 4,00% ao ano</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>5,6% a 20% ao ano</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>10% ao ano</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20% ao ano</td> </tr> </table> <p>e) Intangível Os ativos intangíveis, representados substancialmente por softwares, marcas, patentes e gastos com desenvolvimento de produtos, são mensurados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. f) Estoques Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é apurado pelo método do custo médio ponderado e compreende os gastos de aquisição, produção e demais custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. g) Provisões As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de evento passado, cuja liquidação seja provável e possa ser estimada de forma confiável. Quando houver expectativa de reembolso por terceiros, o respectivo ativo é reconhecido somente quando seu recebimento for virtualmente certo e puder ser mensurado de forma confiável. h) Reconhecimento de receita A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido ao cliente, em montante que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. As receitas de venda de produtos são reconhecidas no momento da transferência do controle ao cliente, normalmente quando da entrega dos bens. As receitas de serviços de engenharia e montagem são reconhecidas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, com base nas medições aprovadas pelos clientes ou, quando aplicável, na conclusão dos serviços. i) Tributos sobre o lucro Os tributos sobre o lucro compreendem o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base na legislação tributária vigente. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas vigentes ou substancialmente aprovadas na data do balanço e aplicáveis quando da realização dos ativos ou liquidação dos passivos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como não circulantes e apresentados de forma líquida quando existe direito legal de compensação e referem-se à mesma autoridade fiscal e entidade tributável. <i>j) Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025</i> Determinadas normas entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Abaixo encontram-se elencados um resumo de tais normas e seu impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. • Alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação - As alterações introduzem novos requisitos de divulgação relacionados aos acordos de financiamento com fornecedores (<i>supplier finance arrangements</i>), com o objetivo de proporcionar maior transparência acerca dos efeitos desses acordos sobre os passivos, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. • Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - As alterações introduzem orientações para a determinação da taxa de câmbio aplicável quando uma moeda não é conversível em outra, estabelecendo critérios para avaliar a conversibilidade entre moedas e disciplinando a estimativa da taxa de câmbio quando essa conversibilidade não estiver disponível. Adicionalmente, foram incluídos novos requisitos de divulgação destinados a fornecer informações sobre os riscos e os impactos decorrentes dessas circunstâncias. • Alterações ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis - As alterações tratam da classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, estabelecendo que essa classificação deve refletir os direitos existentes na data-base das demonstrações financeiras, especialmente quanto ao direito de diferir a liquidação da obrigação por período superior a doze meses. A Administração avaliou a aplicabilidade dessas alterações e concluiu que sua adoção não produziu impactos relevantes sobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação ou as divulgações das demonstrações financeiras da Companhia. k) Normas emitidas, mas ainda não vigentes Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, o IASB havia emitido determinadas normas e alterações que ainda não haviam entrado em vigor ou não haviam sido incorporadas ao processo de convergência das normas contábeis brasileiras pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), destacando-se: • IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, emitida em abril de 2024, que substituirá a IAS 1 e introduzirá novos requisitos para apresentação das demonstrações financeiras, incluindo subtópicos obrigatórios na demonstração do resultado e novos requisitos de divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. • Alterações à IFRS 9 – Financial Instruments e à IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures, emitidas em maio de 2024, que tratam de aspectos relacionados à classificação, mensuração e baixa de instrumentos financeiros, incluindo esclarecimentos sobre passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos. • Melhorias anuais nas normas IFRS: Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro; divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. • Reforma Tributária: Em 2025 foram editadas normas complementares relacionadas à implementação da Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que prevê a substituição gradual dos tributos incidentes sobre o consumo pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). A Administração acompanha a regulamentação e os desdobramentos da reforma, incluindo seus potenciais impactos sobre as operações, sistemas, processos, controles internos e fluxos tributários da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou os impactos da nova e não identificou impactos financeiros decorrentes da implementação do novo modelo tributário. A Companhia contratou consultores especializados para apoiar na avaliação e mitigação dos impactos da legislação à medida que a regulamentação complementar for publicada e os cronogramas de transição forem implementados. A Administração acompanha o processo de convergência dessas normas para o ambiente regulatório brasileiro e avaliará seus impactos quando da emissão dos respectivos pronunciamentos pelo CPC e de sua entrada em vigor. Com base nas avaliações realizadas até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não são esperados impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho ou os fluxos de caixa da Companhia. 4. Representação das Demonstrações Financeiras e Ajustes dos Exercícios Anteriores Durante a elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração realizou revisão dos procedimentos contábeis, conciliações patrimoniais e critérios de reconhecimento, mensuração e classificação aplicados em exercícios anteriores, identificando erros materiais relacionados a períodos anteriores. Esses erros decorreram de registros contábeis, classificações patrimoniais e critérios de mensuração que não refletiam adequadamente a substância econômica de determinadas operações, afetando as demonstrações financeiras anteriormente emitidas. Parte dos ajustes refere-se a exercícios anteriores a 2024, enquanto outros são atribuíveis ao próprio exercício de 2024. Embora as demonstrações financeiras de 2024 já contemplassem determinados ajustes de exercícios anteriores, a revisão realizada em 2025 identificou novos fatos que tornaram necessária a representação retrospectiva das informações comparativas. Em decorrência da relevância desses ajustes para a adequada apresentação da posição patrimonial e financeira e do desempenho da Companhia, as demonstrações financeiras comparativas foram reapresentadas. a) Bases Normativas A Administração concluiu que os fatos identificados caracterizam erros de períodos anteriores, conforme definido no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, uma vez que decorrem de registros contábeis, classificações patrimoniais e critérios de mensuração inadequadamente aplicados em períodos anteriores. Dessa forma, os ajustes não representam mudanças de políticas contábeis nem revisões de estimativas, mas correção de erros. Em conformidade com os itens 43 a 49 do CPC 23, os efeitos desses erros foram reconhecidos retrospectivamente mediante reapresentação das informações comparativas, sendo os ajustes relativos a períodos anteriores reconhecidos no saldo de abertura do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024, correspondente ao início do período comparativo mais antigo apresentado. Os ajustes atribuíveis especificamente ao exercício de 2024 foram reconhecidos no resultado daquele exercício. Em atendimento ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia reapresenta o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024, além das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 apresentadas para fins comparativos, em razão dos efeitos relevantes dos ajustes retrospectivos. b) Natureza dos Ajustes Os ajustes identificados pela Administração podem ser classificados em três grupos, conforme sua natureza e o período de reconhecimento contábil: > Ajustes reconhecidos nas demonstrações publicadas em 2024 Correspondem a ajustes já refletidos nas demonstrações financeiras originalmente publicadas de 2024, incluindo reclassificações patrimoniais e revisões de critérios de mensuração, abrangendo, principalmente: • Reclassificações de saldos para credores concursais. • Reversão de imposto de renda e contribuição social diferidos, em decorrência da revisão da recuperabilidade dos créditos tributários; • Ativos mantidos para venda, com reclassificação de R\$ 51.993 para o ativo imobilizado e reconhecimento dos efeitos da depreciação correspondente; • Propriedades para investimento, com reclassificação de R\$ 25.622 para o ativo imobilizado e reconhecimento de despesa de depreciação de R\$ 19.552; e • Perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) do ágio, no montante de R\$ 51.250, em decorrência da revisão do valor recuperável da unidade geradora de caixa relacionada à aquisição da Acotec. > Ajustes reconhecidos no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2024 Referem-se a eventos ocorridos em exercícios anteriores a 2024 ou cuja origem específica não pôde ser determinada com razoável grau de confiabilidade. Em conformidade com o CPC 23, seus efeitos foram reconhecidos diretamente no saldo de abertura do patrimônio líquido, compreendendo, principalmente: • Tributos a recuperar: revisão da recuperabilidade dos créditos tributários, com baixa de créditos sem expectativa de realização ou atingidos por prescrição, no montante de R\$ 52.479, sendo R\$ 12.540 no ativo circulante e R\$ 39.939 no ativo não circulante. • Credores concursais: revisão e conciliação dos saldos sujeitos à Recuperação Judicial, resultando no reconhecimento de complementos de R\$ 18.986 (Classe III – Partes Relacionadas) e R\$ 21.099 (Classe III – Obrigações com clientes), decorrentes da atualização de obrigações constituídas antes do deferimento da Recuperação Judicial. • Tributos a recolher: revisão e conciliação das obrigações tributárias, resultando em ajuste de R\$ 102.737, composto por tributos federais (R\$ 83.865), estaduais (R\$ 14.532) e municipais (R\$ 4.340). > Ajustes reconhecidos no saldo de 31 de dezembro de 2024 Referem-se a ajustes cuja origem pôde ser atribuída especificamente ao exercício de 2024, compreendendo, principalmente: • Clientes: revisão de saldos indevidamente contabilizado das contas a receber, resultando em ajuste de R\$ 7.848. • Estoques: conciliação física e contábil dos estoques, com reconhecimento de ajuste de R\$ 8.046. • Ativo Imobilizado: Revisão da composição do custo histórico e da classificação patrimonial de determinados ativos, resultando em ajuste negativo de R\$ 11.056. • Credores Concurais: revisão e conciliação dos saldos sujeitos à Recuperação Judicial, incluindo reclassificações de fornecedores (R\$ 5.980) e salários e encargos (R\$ 7.161) para credores Classe I, além do reconhecimento de complemento de R\$ 3.494 referente a contingências trabalhistas. • Contingências: atualização da mensuração das contingências trabalhistas, com reconhecimento de provisão adicional de R\$ 5.301. • Patrimônio Líquido: revisão da classificação da reserva de capital e recálculo da reserva de avaliação patrimonial, incluindo os respectivos efeitos tributários. • Tributos diferidos: revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos tributos diferidos, incluindo os efeitos sobre diferenças temporárias e ajustes de avaliação patrimonial. Os ajustes atribuíveis ao exercício de 2024 foram reconhecidos no resultado daquele exercício, enquanto os ajustes relativos a períodos anteriores ou cuja origem específica não pôde ser determinada foram reconhecidos diretamente no saldo de abertura do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024, conforme evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. c) Impactos na Reapresentação Os efeitos da reapresentação das demonstrações financeiras estão demonstrados nas conciliações apresentadas a seguir. Em conformidade com o CPC 23, os ajustes foram segregados entre aqueles reconhecidos diretamente no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2024, por se referirem a erros de períodos anteriores, e aqueles cuja origem pôde ser atribuída especificamente ao exercício de 2024, reconhecidos no resultado do período comparativo reapresentado. As conciliações a seguir evidenciam os impactos da reapresentação sobre o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa. • Conciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024. Os ajustes reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024 totalizaram R\$ 195.301, conforme composição apresentada no quadro a seguir.</p>						Edifícios	1,53% a 4,00% ao ano	Máquinas e equipamentos	5,6% a 20% ao ano	Móveis e utensílios	10% ao ano	Equipamentos de informática	20% ao ano																																																																																																																																																																																																
Edifícios	1,53% a 4,00% ao ano																																																																																																																																																																																																												
Máquinas e equipamentos	5,6% a 20% ao ano																																																																																																																																																																																																												
Móveis e utensílios	10% ao ano																																																																																																																																																																																																												
Equipamentos de informática	20% ao ano																																																																																																																																																																																																												
		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Composição dos Novos Ajustes</th> <th colspan="2">Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Baixa tributos a recuperar (circulante)</td> <td></td> <td></td> <td>(12.540)</td> </tr> <tr> <td>Baixa tributos a recuperar (não circulante)</td> <td></td> <td></td> <td>(39.939)</td> </tr> <tr> <td>Complementação de tributos a recolher</td> <td></td> <td></td> <td>(102.737)</td> </tr> <tr> <td>Complementação de credores concursais</td> <td></td> <td></td> <td>(40.085)</td> </tr> <tr> <td>Efeito líquido reconhecido no prejuízo acumulado 01 de janeiro de 2024</td> <td></td> <td></td> <td>(195.301)</td> </tr> </tbody> </table>		Composição dos Novos Ajustes		Valor		Baixa tributos a recuperar (circulante)			(12.540)	Baixa tributos a recuperar (não circulante)			(39.939)	Complementação de tributos a recolher			(102.737)	Complementação de credores concursais			(40.085)	Efeito líquido reconhecido no prejuízo acumulado 01 de janeiro de 2024			(195.301)																																																																																																																																																																																		
Composição dos Novos Ajustes		Valor																																																																																																																																																																																																											
Baixa tributos a recuperar (circulante)			(12.540)																																																																																																																																																																																																										
Baixa tributos a recuperar (não circulante)			(39.939)																																																																																																																																																																																																										
Complementação de tributos a recolher			(102.737)																																																																																																																																																																																																										
Complementação de credores concursais			(40.085)																																																																																																																																																																																																										
Efeito líquido reconhecido no prejuízo acumulado 01 de janeiro de 2024			(195.301)																																																																																																																																																																																																										
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Conta</th> <th>Saldos originalmente divulgados 01/01/2024</th> <th>Reclassificações divulgadas em 2024</th> <th>Ajustes identificados em 2025</th> <th>Saldos reapresentados 01/01/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo Circulante</td> <td>103.409</td> <td>(521)</td> <td>(12.540)</td> <td>90.348</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de Caixa</td> <td>9</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>Aplicações Financeiras</td> <td>3.163</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>3.163</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>25.153</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>25.153</td> </tr> <tr> <td>Estoques</td> <td>53.520</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>53.520</td> </tr> <tr> <td>Tributos a recuperar</td> <td>18.036</td> <td>(521)</td> <td>(12.540)</td> <td>4.975</td> </tr> <tr> <td>Adiantamento a fornecedores</td> <td>3.528</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>3.528</td> </tr> <tr> <td>Ativo Não Circulante</td> <td>342.690</td> <td>521</td> <td>(39.939)</td> <td>303.272</td> </tr> <tr> <td>Despesas antecipadas</td> <td>6.150</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>6.150</td> </tr> <tr> <td>Depósitos judiciais</td> <td>3.316</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>3.316</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferido</td> <td>131.087</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>131.087</td> </tr> <tr> <td>Tributos a recuperar</td> <td>39.418</td> <td>521</td> <td>(39.939)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos não circulantes</td> <td>499</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>499</td> </tr> <tr> <td>Propriedade para Investimento</td> <td>25.622</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>25.622</td> </tr> <tr> <td>Ativos mantidos para venda</td> <td>51.993</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>51.993</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado</td> <td>24.510</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>24.510</td> </tr> <tr> <td>Intangível</td> <td>60.095</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>60.095</td> </tr> <tr> <td>Total do Ativo</td> <td>446.099</td> <td>-</td> <td>(52.479)</td> <td>393.620</td> </tr> <tr> <td>Passivo Circulante</td> <td>557.574</td> <td>(402.301)</td> <td>102.737</td> <td>258.010</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>108.400</td> <td>(102.246)</td> <td>-</td> <td>6.154</td> </tr> <tr> <td>Empréstimo e financiamentos</td> <td>233.532</td> <td>(222.616)</td> <td>-</td> <td>10.916</td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>12.155</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>12.155</td> </tr> <tr> <td>Salários e encargos sociais</td> <td>10.094</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>10.094</td> </tr> <tr> <td>Tributos a recolher</td> <td>48.980</td> <td>-</td> <td>102.737</td> <td>151.717</td> </tr> <tr> <td>Adiantamento de clientes</td> <td>143.351</td> <td>(77.439)</td> <td>-</td> <td>65.912</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>1.062</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.062</td> </tr> <tr> <td>Passivo Não Circulante</td> <td>304.246</td> <td>402.301</td> <td>40.085</td> <td>746.632</td> </tr> <tr> <td>Operação Sale & Leaseback</td> <td>47.322</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>47.322</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>2.048</td> <td>(2.048)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>215.385</td> <td>(51.765)</td> <td>-</td> <td>163.620</td> </tr> <tr> <td>Credores concursais</td> <td>-</td> <td>490.500</td> <td>40.085</td> <td>530.585</td> </tr> <tr> <td>Provisões para passivos cíveis, tributários e trabalhistas</td> <td>5.105</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>5.105</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos com partes relacionadas</td> <td>34.386</td> <td>(34.386)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio Líquido à descoberto</td> <td>(415.721)</td> <td>-</td> <td>(195.301)</td> <td>(611.022)</td> </tr> <tr> <td>Capital social</td> <td>173.904</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>173.904</td> </tr> <tr> <td>Reserva de capital</td> <td>1.895</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.895</td> </tr> <tr> <td>Ajuste de avaliação patrimonial</td> <td>26.624</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>26.624</td> </tr> <tr> <td>Lucros/Prejuízos acumulados</td> <td>(618.144)</td> <td>-</td> <td>(195.301)</td> <td>(813.445)</td> </tr> <tr> <td>Total Passivo e Patrimônio Líquido</td> <td>446.099</td> <td>-</td> <td>(52.479)</td> <td>393.620</td> </tr> </tbody> </table>		Conta	Saldos originalmente divulgados 01/01/2024	Reclassificações divulgadas em 2024	Ajustes identificados em 2025	Saldos reapresentados 01/01/2024	Ativo Circulante	103.409	(521)	(12.540)	90.348	Caixa e equivalentes de Caixa	9	-	-	9	Aplicações Financeiras	3.163	-	-	3.163	Contas a receber de clientes	25.153	-	-	25.153	Estoques	53.520	-	-	53.520	Tributos a recuperar	18.036	(521)	(12.540)	4.975	Adiantamento a fornecedores	3.528	-	-	3.528	Ativo Não Circulante	342.690	521	(39.939)	303.272	Despesas antecipadas	6.150	-	-	6.150	Depósitos judiciais	3.316	-	-	3.316	Imposto de renda e contribuição social diferido	131.087	-	-	131.087	Tributos a recuperar	39.418	521	(39.939)	-	Outros ativos não circulantes	499	-	-	499	Propriedade para Investimento	25.622	-	-	25.622	Ativos mantidos para venda	51.993	-	-	51.993	Imobilizado	24.510	-	-	24.510	Intangível	60.095	-	-	60.095	Total do Ativo	446.099	-	(52.479)	393.620	Passivo Circulante	557.574	(402.301)	102.737	258.010	Fornecedores	108.400	(102.246)	-	6.154	Empréstimo e financiamentos	233.532	(222.616)	-	10.916	Debêntures	12.155	-	-	12.155	Salários e encargos sociais	10.094	-	-	10.094	Tributos a recolher	48.980	-	102.737	151.717	Adiantamento de clientes	143.351	(77.439)	-	65.912	Outras contas a pagar	1.062	-	-	1.062	Passivo Não Circulante	304.246	402.301	40.085	746.632	Operação Sale & Leaseback	47.322	-	-	47.322	Fornecedores	2.048	(2.048)	-	-	Empréstimos e financiamentos	215.385	(51.765)	-	163.620	Credores concursais	-	490.500	40.085	530.585	Provisões para passivos cíveis, tributários e trabalhistas	5.105	-	-	5.105	Empréstimos com partes relacionadas	34.386	(34.386)	-	-	Patrimônio Líquido à descoberto	(415.721)	-	(195.301)	(611.022)	Capital social	173.904	-	-	173.904	Reserva de capital	1.895	-	-	1.895	Ajuste de avaliação patrimonial	26.624	-	-	26.624	Lucros/Prejuízos acumulados	(618.144)	-	(195.301)	(813.445)	Total Passivo e Patrimônio Líquido	446.099	-	(52.479)	393.620		
Conta	Saldos originalmente divulgados 01/01/2024	Reclassificações divulgadas em 2024	Ajustes identificados em 2025	Saldos reapresentados 01/01/2024																																																																																																																																																																																																									
Ativo Circulante	103.409	(521)	(12.540)	90.348																																																																																																																																																																																																									
Caixa e equivalentes de Caixa	9	-	-	9																																																																																																																																																																																																									
Aplicações Financeiras	3.163	-	-	3.163																																																																																																																																																																																																									
Contas a receber de clientes	25.153	-	-	25.153																																																																																																																																																																																																									
Estoques	53.520	-	-	53.520																																																																																																																																																																																																									
Tributos a recuperar	18.036	(521)	(12.540)	4.975																																																																																																																																																																																																									
Adiantamento a fornecedores	3.528	-	-	3.528																																																																																																																																																																																																									
Ativo Não Circulante	342.690	521	(39.939)	303.272																																																																																																																																																																																																									
Despesas antecipadas	6.150	-	-	6.150																																																																																																																																																																																																									
Depósitos judiciais	3.316	-	-	3.316																																																																																																																																																																																																									
Imposto de renda e contribuição social diferido	131.087	-	-	131.087																																																																																																																																																																																																									
Tributos a recuperar	39.418	521	(39.939)	-																																																																																																																																																																																																									
Outros ativos não circulantes	499	-	-	499																																																																																																																																																																																																									
Propriedade para Investimento	25.622	-	-	25.622																																																																																																																																																																																																									
Ativos mantidos para venda	51.993	-	-	51.993																																																																																																																																																																																																									
Imobilizado	24.510	-	-	24.510																																																																																																																																																																																																									
Intangível	60.095	-	-	60.095																																																																																																																																																																																																									
Total do Ativo	446.099	-	(52.479)	393.620																																																																																																																																																																																																									
Passivo Circulante	557.574	(402.301)	102.737	258.010																																																																																																																																																																																																									
Fornecedores	108.400	(102.246)	-	6.154																																																																																																																																																																																																									
Empréstimo e financiamentos	233.532	(222.616)	-	10.916																																																																																																																																																																																																									
Debêntures	12.155	-	-	12.155																																																																																																																																																																																																									
Salários e encargos sociais	10.094	-	-	10.094																																																																																																																																																																																																									
Tributos a recolher	48.980	-	102.737	151.717																																																																																																																																																																																																									
Adiantamento de clientes	143.351	(77.439)	-	65.912																																																																																																																																																																																																									
Outras contas a pagar	1.062	-	-	1.062																																																																																																																																																																																																									
Passivo Não Circulante	304.246	402.301	40.085	746.632																																																																																																																																																																																																									
Operação Sale & Leaseback	47.322	-	-	47.322																																																																																																																																																																																																									
Fornecedores	2.048	(2.048)	-	-																																																																																																																																																																																																									
Empréstimos e financiamentos	215.385	(51.765)	-	163.620																																																																																																																																																																																																									
Credores concursais	-	490.500	40.085	530.585																																																																																																																																																																																																									
Provisões para passivos cíveis, tributários e trabalhistas	5.105	-	-	5.105																																																																																																																																																																																																									
Empréstimos com partes relacionadas	34.386	(34.386)	-	-																																																																																																																																																																																																									
Patrimônio Líquido à descoberto	(415.721)	-	(195.301)	(611.022)																																																																																																																																																																																																									
Capital social	173.904	-	-	173.904																																																																																																																																																																																																									
Reserva de capital	1.895	-	-	1.895																																																																																																																																																																																																									
Ajuste de avaliação patrimonial	26.624	-	-	26.624																																																																																																																																																																																																									
Lucros/Prejuízos acumulados	(618.144)	-	(195.301)	(813.445)																																																																																																																																																																																																									
Total Passivo e Patrimônio Líquido	446.099	-	(52.479)	393.620																																																																																																																																																																																																									
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Conta</th> <th>Saldos anteriormente divulgados 31/12/2024</th> <th>Ajustes Saldo Inicial</th> <th>Ajustes Efeito 2024</th> <th>Saldos Reapresentados 31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo Circulante</td> <td>135.988</td> <td>(12.540)</td> <td>198</td> <td>123.646</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de Caixa</td> <td>3.689</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>3.689</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>57.179</td> <td>-</td> <td>(7.848)</td> <td>49.331</td> </tr> <tr> <td>Estoques</td> <td>28.568</td> <td>-</td> <td>8.046</td> <td>36.614</td> </tr> <tr> <td>Tributos a recuperar</td> <td>28.004</td> <td>(12.540)</td> <td>-</td> <td>15.464</td> </tr> <tr> <td>Adiantamento a fornecedores</td> <td>18.548</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>18.548</td> </tr> <tr> <td>Ativo Não Circulante</td> <td>134.288</td> <td>(39.939)</td> <td>(11.056)</td> <td>83.293</td> </tr> <tr> <td>Despesas antecipadas</td> <td>3.769</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>3.769</td> </tr> <tr> <td>Depósitos judiciais</td> <td>3.310</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>3.310</td> </tr> <tr> <td>Tributos a recuperar</td> <td>39.939</td> <td>(39.939)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos não circulantes</td> <td>433</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>433</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado</td> <td>80.285</td> <td>-</td> <td>(11.056)</td> <td>69.229</td> </tr> <tr> <td>Intangível</td> <td>6.552</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>6.552</td> </tr> <tr> <td>Total do Ativo</td> <td>270.276</td> <td>(52.479)</td> <td>(10.858)</td> <td>206.939</td> </tr> <tr> <td>Passivo Circulante</td> <td>194.719</td> <td>102.737</td> <td>(13.141)</td> <td>284.315</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>49.300</td> <td>-</td> <td>(5.980)</td> <td>43.320</td> </tr> <tr> <td>Empréstimo e financiamentos</td> <td>10.916</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>10.916</td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>12.911</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>12.911</td> </tr> <tr> <td>Salários e encargos sociais</td> <td>11.001</td> <td>-</td> <td>(7.161)</td> <td>3.840</td> </tr> <tr> <td>Tributos a recolher</td> <td>68.825</td> <td>102.737</td> <td>-</td> <td>171.562</td> </tr> <tr> <td>Adiantamento de clientes</td> <td>40.154</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>40.154</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>1.612</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.612</td> </tr> <tr> <td>Passivo Não Circulante</td> <td>753.659</td> <td>40.085</td> <td>13.151</td> <td>806.895</td> </tr> <tr> <td>Operação Sale & Leaseback</td> <td>46.756</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>46.756</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>196.310</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>196.310</td> </tr> <tr> <td>Credores concursais</td> <td>490.500</td> <td>40.085</td> <td>16.635</td> <td>547.220</td> </tr> <tr> <td>Impostos de renda diferidos</td> <td>14.988</td> <td>-</td> <td>(8.785)</td> <td>6.203</td> </tr> <tr> <td>Provisões para passivos cíveis, tributários e trabalhistas</td> <td>5.105</td> <td>-</td> <td>5.301</td> <td>10.406</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio Líquido à descoberto</td> <td>(678.102)</td> <td>(195.301)</td> <td>(10.868)</td> <td>(884.271)</td> </tr> <tr> <td>Capital social</td> <td>173.904</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>173.904</td> </tr> <tr> <td>Reserva de capital</td> <td>1.895</td> <td>-</td> <td>(1.895)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Ajuste de avaliação patrimonial</td> <td>26.565</td> <td>-</td> <td>(4.957)</td> <td>21.608</td> </tr> <tr> <td>Lucros/Prejuízos acumulados</td> <td>(880.466)</td> <td>(195.301)</td> <td>(4.016)</td> <td>(1.079.783)</td> </tr> <tr> <td>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</td> <td>270.276</td> <td>(52.479)</td> <td>(10.858)</td> <td>206.939</td> </tr> </tbody> </table>		Conta	Saldos anteriormente divulgados 31/12/2024	Ajustes Saldo Inicial	Ajustes Efeito 2024	Saldos Reapresentados 31/12/2024	Ativo Circulante	135.988	(12.540)	198	123.646	Caixa e equivalentes de Caixa	3.689	-	-	3.689	Contas a receber de clientes	57.179	-	(7.848)	49.331	Estoques	28.568	-	8.046	36.614	Tributos a recuperar	28.004	(12.540)	-	15.464	Adiantamento a fornecedores	18.548	-	-	18.548	Ativo Não Circulante	134.288	(39.939)	(11.056)	83.293	Despesas antecipadas	3.769	-	-	3.769	Depósitos judiciais	3.310	-	-	3.310	Tributos a recuperar	39.939	(39.939)	-	-	Outros ativos não circulantes	433	-	-	433	Imobilizado	80.285	-	(11.056)	69.229	Intangível	6.552	-	-	6.552	Total do Ativo	270.276	(52.479)	(10.858)	206.939	Passivo Circulante	194.719	102.737	(13.141)	284.315	Fornecedores	49.300	-	(5.980)	43.320	Empréstimo e financiamentos	10.916	-	-	10.916	Debêntures	12.911	-	-	12.911	Salários e encargos sociais	11.001	-	(7.161)	3.840	Tributos a recolher	68.825	102.737	-	171.562	Adiantamento de clientes	40.154	-	-	40.154	Outras contas a pagar	1.612	-	-	1.612	Passivo Não Circulante	753.659	40.085	13.151	806.895	Operação Sale & Leaseback	46.756	-	-	46.756	Empréstimos e financiamentos	196.310	-	-	196.310	Credores concursais	490.500	40.085	16.635	547.220	Impostos de renda diferidos	14.988	-	(8.785)	6.203	Provisões para passivos cíveis, tributários e trabalhistas	5.105	-	5.301	10.406	Patrimônio Líquido à descoberto	(678.102)	(195.301)	(10.868)	(884.271)	Capital social	173.904	-	-	173.904	Reserva de capital	1.895	-	(1.895)	-	Ajuste de avaliação patrimonial	26.565	-	(4.957)	21.608	Lucros/Prejuízos acumulados	(880.466)	(195.301)	(4.016)	(1.079.783)	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	270.276	(52.479)	(10.858)	206.939																											
Conta	Saldos anteriormente divulgados 31/12/2024	Ajustes Saldo Inicial	Ajustes Efeito 2024	Saldos Reapresentados 31/12/2024																																																																																																																																																																																																									
Ativo Circulante	135.988	(12.540)	198	123.646																																																																																																																																																																																																									
Caixa e equivalentes de Caixa	3.689	-	-	3.689																																																																																																																																																																																																									
Contas a receber de clientes	57.179	-	(7.848)	49.331																																																																																																																																																																																																									
Estoques	28.568	-	8.046	36.614																																																																																																																																																																																																									
Tributos a recuperar	28.004	(12.540)	-	15.464																																																																																																																																																																																																									
Adiantamento a fornecedores	18.548	-	-	18.548																																																																																																																																																																																																									
Ativo Não Circulante	134.288	(39.939)	(11.056)	83.293																																																																																																																																																																																																									
Despesas antecipadas	3.769	-	-	3.769																																																																																																																																																																																																									
Depósitos judiciais	3.310	-	-	3.310																																																																																																																																																																																																									
Tributos a recuperar	39.939	(39.939)	-	-																																																																																																																																																																																																									
Outros ativos não circulantes	433	-	-	433																																																																																																																																																																																																									
Imobilizado	80.285	-	(11.056)	69.229																																																																																																																																																																																																									
Intangível	6.552	-	-	6.552																																																																																																																																																																																																									
Total do Ativo	270.276	(52.479)	(10.858)	206.939																																																																																																																																																																																																									
Passivo Circulante	194.719	102.737	(13.141)	284.315																																																																																																																																																																																																									
Fornecedores	49.300	-	(5.980)	43.320																																																																																																																																																																																																									
Empréstimo e financiamentos	10.916	-	-	10.916																																																																																																																																																																																																									
Debêntures	12.911	-	-	12.911																																																																																																																																																																																																									
Salários e encargos sociais	11.001	-	(7.161)	3.840																																																																																																																																																																																																									
Tributos a recolher	68.825	102.737	-	171.562																																																																																																																																																																																																									
Adiantamento de clientes	40.154	-	-	40.154																																																																																																																																																																																																									
Outras contas a pagar	1.612	-	-	1.612																																																																																																																																																																																																									
Passivo Não Circulante	753.659	40.085	13.151	806.895																																																																																																																																																																																																									
Operação Sale & Leaseback	46.756	-	-	46.756																																																																																																																																																																																																									
Empréstimos e financiamentos	196.310	-	-	196.310																																																																																																																																																																																																									
Credores concursais	490.500	40.085	16.635	547.220																																																																																																																																																																																																									
Impostos de renda diferidos	14.988	-	(8.785)	6.203																																																																																																																																																																																																									
Provisões para passivos cíveis, tributários e trabalhistas	5.105	-	5.301	10.406																																																																																																																																																																																																									
Patrimônio Líquido à descoberto	(678.102)	(195.301)	(10.868)	(884.271)																																																																																																																																																																																																									
Capital social	173.904	-	-	173.904																																																																																																																																																																																																									
Reserva de capital	1.895	-	(1.895)	-																																																																																																																																																																																																									
Ajuste de avaliação patrimonial	26.565	-	(4.957)	21.608																																																																																																																																																																																																									
Lucros/Prejuízos acumulados	(880.466)	(195.301)	(4.016)	(1.079.783)																																																																																																																																																																																																									
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	270.276	(52.479)	(10.858)	206.939																																																																																																																																																																																																									

continuação		MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A		CNPJ 94.638.392/0001-62 (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)	
<p>• Impacto na demonstração do resultado do exercício de 2024</p>					
Conta	Saldo anterior- diferente 31/12/2024	Ajustes 2024	Saldo Reapresentado em 31/12/24	<p>Passivos diferidos</p>	
Receita operacional líquida	191.497	(7.848)	183.649	Amortização ágio	-
Custos dos produtos e serviços prestados	(145.138)	8.046	(137.092)	Propriedade para investimento	-
Lucro Bruto	46.359	198	46.557	Outras diferenças temporárias	(1.087)
Despesas Operacionais				Ajuste avaliação patrimonial imobilizado	(2.867)
Despesas com vendas	(13.132)	-	(13.132)		(10.830)
Despesas administrativas	(38.268)	-	(38.268)	Total impostos diferido (líquido)	(3.943)
Outras receitas/despesas operacionais	(75.306)	(19.851)	(95.157)		(1.420)
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros	(80.347)	(19.653)	(100.000)		(5.363)
Receita Financeira	70	-	70		(4.561)
Despesa Financeira	(27.527)	-	(27.527)		(1.642)
Varição cambial	(8.503)	-	(8.503)		(6.203)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(116.307)	(19.653)	(135.960)	<p>b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva</p>	
Impostos de renda e contribuição social diferido	(146.104)	8.785	(137.319)	<p>A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:</p>	
Prejuízo do Exercício	(262.411)	(10.868)	(273.279)		
<p>• Impactos nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>					
<p>A movimentação patrimonial decorrente dos ajustes acima descritos pode ser assim resumida:</p>					
	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos apresentados 01 de janeiro de 2024	173.904	1.895	26.624	(618.144)	(415.721)
Ajustes identificados em 2025	-	-	-	(195.301)	(195.301)
Saldos reapresentados 01 de janeiro de 2024	173.904	1.895	26.624	(813.445)	(611.022)
Outros resultados abrangentes	-	-	(59)	89	30
Prejuízo no exercício 2024	-	-	-	(262.411)	(262.411)
Ajustes exercícios anteriores	(1.895)	-	(4.957)	(4.016)	(10.868)
Saldos reapresentados 31 de dezembro 2024	173.904	-	21.608	(1.079.783)	(884.271)
<p>Os ajustes reconhecidos diretamente no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2024 totalizaram R\$ 195.301, enquanto os ajustes atribuídos ao exercício de 2024 totalizaram R\$ 10.868, refletindo os efeitos reconhecidos no resultado do período comparativo reapresentado.</p>					
<p>• Impactos da demonstração do fluxo de caixa</p>					
Conta	Saldo divulgado 31/12/2024	Reclassificações divulgados em 2024	Saldo reapresentado 31/12/2024	<p>Custo do imobilizado</p>	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(262.411)	(10.868)	(273.279)	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios
Depreciação e amortização	4.841	-	4.841	Veículos	Em andamento
Depreciação de ativos de direito de uso	54	-	54	Total	
Constituição de perdas de crédito esperadas	2.691	-	2.691	Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.382
Baixa de ativo imobilizado	12	11.056	11.068	Aquisições	125.613
Perda decorrente da remensuração de ativos mantidos para venda	19.552	-	19.552	Aquisições mantidos para venda	36
Perda por redução ao valor recuperável do ativo intangível (ágio)	51.250	-	51.250	Reclassificação ativos mantidos para venda	64.475
Imposto de renda e contribuição social diferido	146.104	(8.785)	137.319	Reclassificação propriedades para investimentos	25.622
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	36.072	-	36.072	Baixas	-
Provisões para contingências cíveis, trabalhista e outros	-	5.301	5.301	Ajustes propriedades para investimentos (Nota Nº 4)	(11.056)
Resultado ajustado antes das variações no capital de giro	(1.834)	(8.597)	(5.131)	Saldo Reapresentado em 31 de dezembro de 2024	83.423
Variações de ativos e passivos operacionais				(Nota Nº 4)	126.910
Aumento em Contas a receber	(34.718)	7.848	(26.870)	Aquisições	114
Redução em Aplicações Financeiras	3.163	-	3.163	Baixas	(53)
Redução em Estoques	24.952	(8.046)	16.906	Transferências	4.929
Aumento em Adiantamento a fornecedores	(15.020)	-	(15.020)	Saldo em 31 de dezembro de 2025	83.221
Aumento em Tributos a recuperar	(10.490)	-	(10.490)	Depreciação	(3.404)
Redução em Outros ativos	2.388	-	2.388	Saldo em 31 de dezembro de 2023	(106.777)
Aumento em Fornecedores/Credores	43.118	3.494	46.612	Depreciação	(32)
Redução em Adiantamento de clientes	(25.759)	-	(25.759)	Reclassificação ativos mantidos para venda	(2.489)
Aumento em Salários e encargos sociais	907	-	907	Perda por mensuração de ativos mantidos para venda	(12.810)
Aumento em Impostos e contribuições a recolher	19.845	-	19.845	Saldo em 31 de dezembro de 2024	(19.212)
Aumento em Outros passivos	643	-	643	Aquisições	(35.458)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.194	-	7.194	Depreciação	(1.720)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				Ajuste Entre Contas	(1.124)
Adições no ativo imobilizado	(271)	-	(271)	Saldo em 31 de dezembro de 2025	(37.178)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(271)	-	(271)	Valor residual líquido	(112.900)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Nota Nº 4)	978
Efeto líquido em captações e amortização de empréstimos e financiamentos	(2.598)	-	(2.598)	Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Nota Nº 4)	18.836
Pagamentos de operações "Sale & Leaseback"	(566)	-	(566)	Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Nota Nº 4)	53
Pagamento de passivos de arrendamento	(80)	-	(80)	Saldo em 31 de dezembro de 2025	46.043
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(3.244)	-	(3.244)	19.000	115
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento e financiamento	(3.515)	-	(3.515)	2.940	838
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.680	-	3.680	1.785	230.528
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	-	9	Depreciação	(3.404)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.689	-	3.689	Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.237)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.680	-	3.680	Depreciação	(837)
				Reclassificação ativos mantidos para venda	(1)
				Perda por mensuração de ativos mantidos para venda	(23)
				Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.260)
				Depreciação	(10)
				Ajuste Entre Contas	363
				Saldo em 31 de dezembro de 2025	(838)
				1.785	(163.552)
				4.390	24.510
				4.965	69.229
				46.043	66.976
				19.000	1.785
				115	33
				2.940	1.785
				838	1.785
				1.785	1.785
				838	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33
				1.785	1.785
				1.785	1.785
				33	33

continuação  **MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A** CNPJ 94.638.392/0001-62 (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Esses saldos compreendem, substancialmente, obrigações financeiras, comerciais, trabalhistas e demais passivos existentes na data do pedido, permanecendo registrados pelos valores reconhecidos pela Companhia até a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), quando eventuais alterações nas condições originais serão reconhecidas contabilmente, conforme aplicável. Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou revisão e conciliação dos saldos sujeitos à Recuperação Judicial, incluindo reclassificações de determinadas obrigações para refletir adequadamente sua natureza concursal. A composição dos credores concursais em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

Natureza do credor	Classe	31/12/24	
		31/12/25	Reapresentado Nota N° 4
Trabalhista	I	17.714	16.635
Fornecedores	III e IV	110.363	104.294
Obrigações com clientes* – Nota N°18	III	98.538	98.538
Partes relacionadas	III	53.382	53.372
Instituições financeiras			
Cédula de crédito – Nota N° 14	III	199.574	199.574
Capital de giro – Nota N°14	III	74.807	74.807
Total credores quirográficos		554.378	547.220

* Refere-se a adiantamentos efetuados por clientes para realização de obras. A movimentação dos saldos de credores concursais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	2025		2024	
	2025	Reapresentado Nota N° 4	2024	Reapresentado Nota N° 4
Saldo inicial	547.220	490.500		
Reclassificação Fornecedores – Credores Classe I	-	5.980		
Reclassificação Salários e Encargos – Credores Classe I	-	7.161		
Complemento Classe III – Partes relacionadas	-	19.986		
Complemento Classe III – Obrigações Clientes	-	21.099		
Complemento Classe I – Provisões Trabalhistas	-	3.494		
Novas Habilitações	7.158	-		
Saldo final	554.378	547.220		

Como o Plano de Recuperação Judicial ainda não foi aprovado e homologado, os passivos concursais permanecem registrados pelos valores originais das obrigações, sem reconhecimento dos efeitos de deságio, alongamento de prazo ou alteração dos encargos financeiros previstos no plano. Os créditos sujeitos à Recuperação Judicial foram atualizados conforme as condições contratuais até a data de sua inclusão no processo, não havendo incidência de multas e juros após esse período.

Nos termos da legislação aplicável, as obrigações sujeitas à Recuperação Judicial permanecem com sua exigibilidade suspensa, observadas as disposições legais e processuais.

O Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia prevê, entre outros aspectos, condições de pagamento, prazos de carência, deságios, critérios de atualização monetária e encargos financeiros. Entretanto, tais condições ainda não produziram efeitos contábeis, por dependerem de aprovação em Assembleia Geral de Credores e posterior homologação judicial.

Dessa forma, os valores contábeis dos passivos sujeitos à Recuperação Judicial poderão sofrer alterações quando da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial.

17. Tributos a recolher

Os valores de impostos a recolher está assim disposto:

	2025		2024	
	2025	Reapresentado Nota N° 4	2024	Reapresentado Nota N° 4
INSS	56.840	45.864		
ICMS	42.647	38.957		
ISS	14.955	11.531		
PIS/COFINS	55.411	55.074		
IRRF	15.281	14.630		
Outros	6.384	5.506		
Total	191.518	171.562		
Circulante	167.660	171.562		
Não Circulante	23.858	-		

As obrigações tributárias da Companhia compreendem, substancialmente, tributos federais, estaduais e encargos sociais incidentes sobre suas operações e folha de pagamento.

Durante o exercício de 2025, a Administração realizou revisão e conciliação dos saldos tributários, incluindo a atualização da composição dos passivos fiscais, a segregação entre circulante e não circulante e a reclassificação de determinados valores relacionados a parcelamentos, discussões administrativas e à Recuperação Judicial, quando aplicável.

Os passivos tributários foram atualizados, incluindo multas e juros, até 31 de dezembro de 2025. Ao final do exercício, a Companhia protocolou pedido de parcelamento de tributos federais, aguardando manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Em razão dos prazos estimados para liquidação desses parcelamentos, os respectivos valores foram classificados no passivo não circulante. Enquanto aguarda a aprovação dos parcelamentos solicitados, os saldos foram classificados no passivo circulante.

A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos e tributários, acompanha os processos administrativos e judiciais relacionados às obrigações fiscais e avalia continuamente alternativas para sua regularização, incluindo adesão a programas de parcelamento.

18. Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes correspondem a valores recebidos antecipadamente relativos a contratos de fornecimento de bens, execução de obras e prestação de serviços ainda não integralmente executados na data-base das demonstrações financeiras. Esses valores são reconhecidos no passivo e apropriados à receita à medida que as respectivas obrigações de desempenho são satisfeitas, em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Durante o exercício de 2024, a Companhia reclassificou para a rubrica de credores concursais diversos os adiantamentos de clientes existentes antes do pedido de Recuperação Judicial, no montante de R\$ 77.439, em razão de sua inclusão no processo de Recuperação Judicial, conforme Nota Explicativa nº 16.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos remanescentes referem-se, substancialmente, a contratos em andamento, cuja receita será reconhecida conforme a execução das respectivas obrigações de desempenho.

19. Operação financeira "Sales & Leaseback"

Em janeiro de 2022, a Companhia celebrou uma operação financeira intitulada como "Sale & Leaseback" do imóvel localizado na cidade de Nova Bassano no estado do Rio Grande do Sul, na Rua Atílio Bilbio, No 685, principal estabelecimento operacional da Companhia, conforme contratos assinados com a instituição financeira Vórtix Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, na qualidade de instituição administradora do Mezanino Estruturado Fundo de Investimentos e do Zavit Real Estate Fund – Fundo de Investimento Imobiliário. O contrato tem vigência de 15 anos com pagamentos mensais de aluguel e opção de recompra do imóvel por parte da Companhia ao final do contrato.

Durante o exercício de 2025 a Companhia, após discussão judicial que transitava a 2ª Vara Judicial de Nova Prata (RS) sob o número 0001557-58.2024.8.21.0058 onde se pleiteava a nulidade da operação, renegociou as condições financeiras da operação, incluindo a redução temporária dos pagamentos dos aluguéis previstos, com recomposição gradual das parcelas até maio de 2029. Em decorrência dessa renegociação, foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 um ganho de R\$ 7.072, correspondente ao desconto obtido sobre os valores renegociados, sendo encerrada a ação judicial anteriormente existente sobre o contrato.

À época, a Administração avaliou a operação à luz do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e do CPC 06 (R2) – Arrendamentos e concluiu que a transferência do imóvel não atende aos requisitos para caracterização de venda, uma vez que a Companhia permanece exposta substancialmente aos riscos e benefícios econômicos do ativo, além de existirem cláusulas contratuais que restringem a transferência efetiva do controle econômico.

Consequentemente, a operação foi contabilizada como financiamento garantido por ativo imobiliário. Assim, o imóvel permanece registrado no ativo imobilizado da Companhia, enquanto os recursos obtidos são reconhecidos como passivo financeiro, sendo os pagamentos subsequentes apropriados pelo método da taxa efetiva, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros.

20. Provisão para passivos cíveis, tributários e trabalhistas

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, considera provável a saída de recursos econômicos e quando os valores podem ser mensurados de forma confiável, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em decorrência do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, parcela relevante das contingências relacionadas a obrigações constituídas até a data do pedido encontra-se sujeita aos seus efeitos, conforme Notas Explicativas nº 1 e nº 16, estando apresentada na rubrica de credores concursais. Os demais processos, não sujeitos ou não habilitados, permanecem registrados em provisões para contingências. A composição das provisões para contingências está demonstrada a seguir:

	2025		2024	
	2025	Reapresentado Nota N° 4	2024	Reapresentado Nota N° 4
Trabalhistas	9.218	9.218		
Cíveis	750	750		
Tributárias	438	438		
Total	10.406	10.406		

A Companhia possui 48 processos de natureza trabalhista, classificados como perda possível, no montante de R\$ 1.101.

Os processos judiciais, em sua grande maioria, são anteriores a recuperação judicial, razão pela qual, as movimentações nos processos quando ocorrem são migradas para a conta de credores concursais, não apresentando alteração na composição das contingências do período.

21. Patrimônio líquido

a) **Capital social e direitos das ações**
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 173.904, representado por 173.904 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com direito a voto nas Assembleias Gerais de Acionistas

b) **Dividendos**
Os acionistas fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, nos termos da legislação societária. A Companhia não apresentou lucros distribuíveis nos exercícios recentes.

c) **Incentivos Fiscais**
Em 2025, os saldos relativos ao Fundopem (R\$ 1.630) e ao PDTI (R\$ 265) foram conciliados e transferidos para prejuízos acumulados.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Sócios da **Medabil Indústria em Sistemas Construtivos S/A - (Em Recuperação Judicial)**
Nova Bassano - RS

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da MEDABIL INDÚSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A - (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A - (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), em 31 de dezembro de 2025 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Incerteza quanto à adequada contabilização de retificações de erro de exercícios anteriores

Conforme divulgado nas Notas Explicativa nº 4 (d) às demonstrações contábeis, a Companhia efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, registros contábeis classificados como retificação de erros de exercícios anteriores, cujos efeitos foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Durante a execução de nossos procedimentos de auditoria, identificamos que a Companhia não possuía documentação e controles suficientes que permitissem a adequada segregação entre os efeitos decorrentes de erros atribuíveis a exercícios anteriores e aqueles relacionados ao resultado do exercício corrente. Dessa forma, não foi possível determinar, com segurança razoável, qual parcela dos ajustes registrados diretamente no patrimônio líquido deveria ter sido reconhecida no resultado do exercício, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em razão da ausência de informações e evidências apropriadas e suficientes, não nos foi possível aplicar procedimentos alternativos que permitissem quantificar os efeitos desse assunto sobre as demonstrações contábeis. Consequentemente, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes nos saldos do patrimônio líquido, do resultado do exercício e das demais rubricas eventualmente impactadas em 31 de dezembro de 2025. Consequentemente, nossa opinião está ressaltada quanto aos possíveis efeitos desse assunto sobre as demonstrações contábeis.

Limitação de alcance relacionada a existência e vida útil do imobilizado

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia possui saldo de ativo imobilizado registrado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 66.976 mil. Durante a realização de nossos trabalhos de auditoria, identificamos que a Companhia não possuía controles e registros atualizados que permitissem a adequada identificação física dos bens que compõem o ativo imobilizado, tampouco inventário físico recente que possibilitasse a validação da existência dos ativos registrados contabilmente. Adicionalmente, a Companhia não realizou estudos técnicos para suportar as vidas úteis econômicas e os valores residuais utilizados no cálculo das despesas de depreciação, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para avaliar a razoabilidade das taxas de depreciação aplicadas e dos saldos contábeis líquidos dos ativos imobilizados. Em decorrência dessas limitações, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre a existência física,

d) **Ajustes de avaliação patrimonial**
Refere-se ao ajuste decorrente da adoção do custo atribuído (deemed cost) na data de transição em 1º de janeiro de 2009, com base em laudo de avaliação de especialistas independentes. O respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos estão classificados no passivo não circulante.

22. Receita operacional líquida

Abertura dos custos e despesas de acordo com a sua natureza.

	2025		2024	
	2025	Reapresentado Nota N° 4	2024	Reapresentado Nota N° 4
Vendas de produtos e serviços	274.751	200.316		
Impostos sobre vendas	(25.332)	(15.084)		
Devoluções e abatimentos de vendas	(2.153)	(1.583)		
Receita operacional líquida	247.266	183.649		

23. Custos e despesas por natureza

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2025		2024	
	2025	Reapresentado Nota N° 4	2024	Reapresentado Nota N° 4
Custos dos produtos e serviços vendidos	186.036	137.092		
Despesas com vendas	23.292	13.132		
Despesas gerais e administrativas	25.444	38.268		
234.772	188.492			
Salários e encargos sociais	61.715	51.485		
Serviços prestados por terceiros	18.422	17.356		
Frete sobre vendas	12.392	4.494		
Viagens	4.394	2.947		
Comerciais	214	251		
Materiais consumidos	114.590	89.162		
Manutenção	6.663	2.354		
Utilidades	6.234	5.112		
Depreciação e amortização	5.148	4.841		
Outros	5.000	10.490		
234.772	188.492			

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	2025		2024	
	2025	Reapresentado Nota N° 4	2024	Reapresentado Nota N° 4
Créditos fiscais	3.729	-		
Outras despesas jurídicas	(325)	(399)		
Alienação bens permanentes	102	67		
Impairment de ágio	-	(51.250)		
Remensuração de ativos mantidos para venda	-	(19.552)		
Ajuste credores concursais classe I (Nota N°16)	-	(3.494)		
Aumento contingências trabalhistas (Nota N° 20)	-	(5.301)		
Ajuste Imobilizado (Nota N° 4)	647	(11.056)		
Outras receitas (despesas)	4.143	(4.172)		
4.143	(95.157)			

25. Resultado financeiro

	2025		2024	
	2025	Reapresentado Nota N° 4	2024	Reapresentado Nota N° 4
Receitas sobre aplicações financeiras	16	115		
Juros de descontos auferidos	85	(45)		
Total de receitas financeiras	101	70		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.238)	(14.105)		
Juros e descontos concedidos	(1.079)	-		
Juros liquidados	(2.898)	(10.520)		
Outros	(1.097)	(2.902)		
Total de despesas financeiras	(8.312)	(27.527)		
Variação cambial receita	10.992	5.350		
Total variação cambial despesa	(7.734)	(13.853)		
Total variação cambial líquida	3.258	(8.503)		
Resultado financeiro, líquido	(4.953)	(35.960)		

26. Gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros de mercado (incluindo taxa de juros de valor justo e de fluxo de caixa e risco de preços), crédito e liquidez. A gestão desses riscos tem por objetivo monitorar a exposição e mitigar potenciais impactos adversos sobre sua posição financeira e continuidade operacional.

A Administração monitora continuamente tais riscos e adota diretrizes corporativas para sua gestão, incluindo controles relacionados a taxa de juros, crédito e aplicação de excedentes de caixa.

Como medidas de mitigação, a Companhia tem concentrado esforços na reestruturação de seu endividamento, otimização do capital de giro, redução de custos, recuperação de créditos e melhoria da eficiência operacional. Adicionalmente, o processo de Recuperação Judicial constitui instrumento relevante para reorganização das obrigações financeiras e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Não houve alterações relevantes na exposição aos riscos financeiros, nem nas políticas e métodos de mensuração utilizados em relação a períodos anteriores. Parte das obrigações financeiras encontra-se sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, permanecendo registradas pelos valores contratuais atualizados até a data do pedido.

A Administração entende que a aprovação e implementação do Plano de Recuperação Judicial são fundamentais para a normalização da estrutura de capital e mitigação dos riscos de liquidez.

Riscos de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo conta a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício. A Companhia realiza avaliações periódicas da capacidade financeira de seus clientes e constitui provisão para perdas de crédito esperadas em conformidade com os requisitos do CPC 48.

Risco de Liquidez

A Companhia encontra-se em processo de Recuperação Judicial e está exposta a risco de liquidez decorrente do descasamento entre geração de caixa e obrigações financeiras. A Administração monitora continuamente o fluxo de caixa projetado, conduz negociações com credores e avalia alternativas de reforço de capital de giro para assegurar a continuidade operacional. Excedentes de caixa, quando existentes, são aplicados em instrumentos financeiros de baixo risco e com liquidez compatível com as necessidades operacionais.

Gestão do Capital

A gestão de capital tem como objetivo assegurar a continuidade operacional, preservar a geração de caixa e sustentar a estrutura financeira de longo prazo.

No contexto da Recuperação Judicial, a Administração prioriza medidas de reestruturação operacional e financeira previstas no plano de recuperação, visando o restabelecimento progressivo da liquidez, rentabilidade e solvência.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os contratos de seguros foram firmados com a seguinte Companhia:

	Cobertura	Seguradora
Indenização a terceiros	10.000.000	Seguro RCG Geral – Chubb Seguros

Adicionalmente, a Companhia possui seguro patrimonial também com a Seguradora Chubb Seguros do Brasil, onde o valor em risco é no montante de R\$ 212.100.000, com limite máximo de garantia de R\$ 137.000.00.

A Companhia também contrata seguros para as obras em conformidade com o respectivo tempo de execução.

28. Eventos Subsequentes

Após 31 de dezembro de 2025 e até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, a Companhia formalizou parcelamentos de passivos tributários estaduais dos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, nos montantes de R\$ 7.341 e R\$ 11.573, respectivamente.

Os parcelamentos preveem pagamento em 180 e 120 parcelas mensais, respectivamente, e referem-se a débitos já reconhecidos nas demonstrações financeiras, não gerando efeitos adicionais de reconhecimento contábil no exercício.

Em decorrência dessas formalizações, parte dos passivos tributários passou a apresentar cronograma de liquidação de longo prazo, contribuindo para o reperfilamento do endividamento e para a gestão do capital de giro da Companhia.

A Administração entende que tais medidas integram o processo de reestruturação financeira em curso e contribuem para a manutenção da continuidade operacional.

Em 19 de junho de 2026, foi realizada a Assembleia Geral de Credores no âmbito do processo de recuperação judicial da Companhia. A assembleia não foi instalada em razão da ausência do quórum mínimo legal exigido. Nos termos da legislação aplicável, permanece convocada a Assembleia Geral de Credores em segunda convocação para o dia 16 de julho de 2026, ocasião em que os credores poderão deliberar sobre o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia.

Helio Siqueira Diretor - Presidente	Alexsandro Correia de Resende Contador CRC/RS 06875709
---	---

a integridade, a mensuração e a recuperabilidade dos bens registrados no ativo imobilizado, bem como sobre a adequação das despesas de depreciação reconhecidas no resultado do exercício. Consequentemente, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes nos saldos do ativo imobilizado, da depreciação acumulada, das despesas de depreciação, do resultado do exercício, dos tributos diferidos eventualmente relacionados e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025.

Limitação de alcance relacionada aos saldos de depósitos judiciais

A Companhia mantém registrados em 31 de dezembro de 2025 depósitos judiciais no montante de R\$ 3.696 mil, classificados no ativo não circulante. Durante a execução de nossos procedimentos de auditoria, identificamos que a Companhia não possuía conciliação analítica entre os saldos contábeis dos depósitos judiciais e os respectivos processos judiciais aos quais estariam vinculados, tampouco controles que permitissem relacionar individualmente os depósitos efetuados aos valores das contingências correspondentes. Adicionalmente, não nos foram disponibilizadas evidências apropriadas e suficientes que permitissem validar a existência, integridade, mensuração e recuperabilidade dos referidos saldos, bem como sua correlação com os processos judiciais em andamento. Em razão dessas circunstâncias, não foi possível aplicar procedimentos alternativos de auditoria que nos permitissem concluir, com segurança razoável, sobre a adequação do saldo de depósitos judiciais registrado nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025, nem determinar se seriam necessários ajustes em relação a esses valores e aos possíveis reflexos nas demais rubricas das demonstrações contábeis. Consequentemente, nossa opinião está ressaltada quanto aos possíveis efeitos

continuação



MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A

CNPJ 94.638.392/0001-62
(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da MEDABIL INDÚSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A - (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria com ressalvas em 18 de agosto de 2025 quanto a limitação de saldos de impostos a recuperar e obrigações fiscais.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 30 de junho de 2026.



HLB Brasil Assurance
Rokembach & Cia. Auditores Ltda.
CRCRS 003663/O | CNAI-PJ 40 | CVM 7048

Andréia Scaramussa
CRCRS 083252/O-0 | CNAI 8148

PUBLICIDADE LEGAL

MOR **METALÚRGICA MOR S.A.** www.mor.com.br
CNPJ 95.422.218/0001-40 - NIRE 43300019225

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 14/05/2026

1) **LOCAL E HORA:** Sede social da Metalúrgica Mor S.A., localizada na BR 471, km 132, Distrito Industrial, Santa Cruz do Sul/RS, às 10h do dia 14 de maio de 2026; 2) **CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS:** Foi dispensada a convocação por edital, de acordo com o artigo 124, parágrafo quarto da Lei 6404/76; 3) **PRESENCAS:** A totalidade dos acionistas, conforme atesta as assinaturas na própria no Livro de Presenças; 4) **MESA DIRETORA DOS TRABALHOS:** Presidente: André Luiz Backes; Secretário: André Luiz Backes Filho; 5) **ORDEM DO DIA:** Pelo Presidente foi dito que a presente sessão tinha por objetivo apreciar e deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025; **DELIBERAÇÕES:** a) Foi aprovado por unanimidade o relatório de atividades dos administradores e as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2025, sendo estas publicadas no Jornal do Comércio de Porto Alegre - RS, na página 05, na edição de 24, 25 e 26 de abril de 2026. b) Destinação do lucro líquido do exercício: Do Lucro Líquido do Exercício, no valor de **R\$ 137.569.155,84** é deduzido o valor de **R\$ 83.500.000,00** referente a ajuste devedor dos efeitos do registro dos juros sobre o capital próprio, destacados diretamente no Patrimônio Líquido, para fins de atendimento da legislação societária. Após o ajuste dos juros sobre capital próprio, o resultado ajustado que ficou em **R\$ 54.069.155,84** e teve a seguinte destinação: **R\$ 283.694,62** foi destinado a Reserva Legal, **R\$ 48.395.263,52** para reserva de incentivos fiscais, **R\$ 5.228.455,76** para a Reserva de Lucros Acumulados e **R\$ 161.741,94** a distribuição de lucros. Ficou também ratificada a remuneração de "Juros Sobre o Capital Próprio", no valor líquido de **R\$ 70.957.000,00** e lançada a débito dos Lucros Acumulados, não havendo proposta dos dividendos estatutários, uma vez que referidos juros sobre capital próprio, líquidos de imposto na fonte, foram superiores a referidos dividendos. 6) **ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada. 7) **ASSINATURAS:** André Luiz Backes (Presidente da AGO); André Luiz Backes Filho (Secretário da AGO). **Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio: André Luiz Backes (Presidente da AGO); André Luiz Backes Filho (Secretário da AGO).** Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11831809 em 30/06/2026 da Empresa METALURGICA MOR S.A., CNPJ 95422218000140 e protocolo 262009226 - 29/06/2026. Autenticação: 8B490CA6D3137303AAACEAF07703550148967A. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://juicisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 26/200.922-6 e o código de segurança Ezh7. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2026 por José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.